

# A escrivivência do corpo na composição de experiências de dissidências de gênero decoloniais

*The “write-living” of the body  
in the composition of decolonial  
gender dissidence of experiences*

**Antoniél dos Santos Gomes Filho**

Doutorando em Ciências da Educação (USC-PY)  
e-mail: antoniél.historiacomparada@gmail.com

**Larissa Ferreira Nunes**

Doutoranda e Mestre em Psicologia (UFC)  
e-mail: larissafnpsico@gmail.com

**Tadeu Lucas de Lavor Filho**

Doutorando e Mestre em Psicologia (UFC)  
e-mail: tadeulucaslf@gmail.com

04

## Resumo

Neste ensaio objetivou-se discutir, a partir de um prisma decolonial, sobre as dissidências de gêneros e identidades por meio de escrituras. Através de uma etnografia de - nossas - escrituras, problematizamos a formação do gênero e identidade de sujeitos dissidentes e os efeitos da experiência escritos no/de corpos LGBTQIA+. Por meio de autores(as) críticos à colonialidade, pós-estruturalistas e do feminismo negro tensionamos as matrizes de poder que produzem binômios, hierarquias e privilégios, os quais se estruturam pela colonialidade no sistema mundo-moderno colonial. Operamos narrativas de escrituras como materialidades dos modos de subjetivação e práticas de resistência frente a marginalização que nos são impostas. Fomentamos uma escrita inventiva das formas de se relacionar consigo e com o outro, escrevendo nas entrelinhas de nossa existência corporal as experiências e leitura do mundo que nos constituem subjetivamente.

**Palavras-chave:** Gênero, Escrita, LGBTQIA+, Decolonialidade, Identidades.

## Abstract

The aim of this essay was to discuss, from a decolonial perspective, the dissidences of genders and identities by means of write-living. Through an ethnography of - our - write-living, we problematize the formation of gender and identity of dissenting subjects and the effects of written experience on LGBTQIA+ bodies. Through authors who are critical of coloniality, post-structuralists and black feminism, we tension the power matrices that produce binomials, hierarchies and privileges, which are structured by coloniality in the colonial modern world system. We operate narratives of write-living as materialities of the modes of subjectivation and practices of resistance in the face of marginalisation imposed on us. We encourage an inventive writing of the ways of relating to ourselves and to the other, writing between the lines of our corporal existence, the experiences and reading of the world that constitute us subjectively.

**Keywords:** Gender, Write-Living, LGBTQIA+, Decoloniality, Identities.

## Introdução

**C**onvidamos aquelas/es a quem nos leem a compartilhar afetos organísticos sobre (as tentativas de) seus processos de reconhecimentos, desejos e gozo. Pretendemos nesse texto, trocar fluxos e fluídos, penetrar e sermos penetrados em uma completa “suruba”, pois trata-se de um texto escrito em várias mãos e afetos. Quem sabe juntos/as podemos “gozar”, e assim sentir o êxtase, como se o pensamento ejaculado de nossa mente seguisse o caminho para romper as amarras de um processo colonialista que desemboca no presente (cis-hétero-branco-patriarcal) que nos foram (im)postas.

Desse modo, a partir de estudos críticos à colonialidade, do feminismo negro e pós-estruturalistas, inspirados no conceito de “escrevivência” da autora Conceição Evaristo, que trata de uma escrita que nasce no cotidiano, das experiências de vida entrelaçada a ficção (EVARISTO, 2017); buscamos discutir acerca dos processos de dissidência de gêneros. Para tanto, nossas experiências de vida são tomadas como materialidade, embasadas na etnobiografia como percurso metodológico. A etnobiografia, de acordo Vieira (2013), é uma biografia sócio-político-cultural de uma coletividade, em que a narrativa de história de vida é matéria-prima de análise. Nesse sentido, a escrevivência tornou-se fonte de inspiração para nossos escritos etnobiográficos diante de nossa escre-viver-pesquisador/a bicha/sapatão. À vista que, enquanto acadêmicas/os, somos atravessados/as e produzidos/as por nossas experiências LGBTQIA+, entendemos que um não existe um sem o outro (e nem queremos tal feito).

Pensar numa escrevivência é assumir e legitimar uma escrita de si marcada pelas experiências do/no corpo que estão/são cravadas nas memórias, lembranças, sensações, no pensamento, no medo e nos afetos. É escrever sobre o vivido e sobre as polifonias partilhadas com outros, priorizando nesse processo o borramento da fronteira entre o autor e o

narrador da ficção ou história, as quais se entrecruzam na narrativa contada (EVARISTO, 2007). Neste ínterim, discutiremos sobre os processos de subjetivação e (re)invenção de identidades de gênero, de reconhecimento e luta por ser quem somos. Não abordaremos todas cenas-memórias, mas àquelas que de alguma forma perpassam nossas existências e, de algum modo, nos atravessam com olhares, penetração, colação de velcro e potência de vida.

Contudo, escrever um texto em várias mãos não deve ser feito sem apontar nosso lugar, nordestinas, marcadas por sermos dissidentes de gêneros, sexual e identitária<sup>1</sup>, onde diariamente vê-se notícias de feminicídio, LGBTfobia e outras formas de violências contra as pessoas menos visibilizadas socialmente. Escrever-vivências constitui-se, portanto, num ato de resistência a uma ordem social que invisibiliza pessoas e grupos sociais, tais como as mulheres, os negros, os LGBTQIA+ e pessoas com deficiência ou com acessibilidade dificultada. Desse modo, esse texto flerta com a abordagem qualitativa (GAMSON, 2006), onde juntamente a leituras de livros e artigos que tratam dos temas de gênero e sexualidade, podemos (re)pensar e escrever sobre nossas experiências e vivências diante de nossas sociabilidades, no jogo social denominado dissidentes e/ou subalternas.

Pocahy (2012, p. 88) nos propõe que enquanto pesquisadoras/es de estudos de gênero e sexualidade, façamos desses estudos verdadeiras redes de experimentação corporal onde nós nos deixemos “tocar e levar por mãos anônimas, desejosas, refratárias ou simplesmente curiosas, seja em um quarto escuro, uma sauna, um bar, em um canto qualquer dos jardins das delícias”. Ainda que tenhamos um modo metodológico do fazer pesquisa científica propagado e legitimado em âmbito acadêmico,

---

1 Elegemos a noção de dissidência ao invés de diversidade como estratégia de reiterar o caráter subversivo e político primórdios dos movimentos Gays, Lésbicas e Sexuais, na tentativa de fugir das capturas maquinicas do capitalismo global, masculinista e normalista em torno da noção de “diversidade de gênero e sexual” (COLLING, 2015).

podemos e devemos recusar métodos canônicos [ou subvertê-los]. Precisamos inventar, radicalizar o sentido da inventora/inventor de problemas sobre nosso tempo. E para isso precisamos de um modo de pesquisar que tenha a ver com um tipo de curiosidade ‘vadia’ e não com aquela perversa (POCAHY, 2012, p. 82).

O corpo da/o pesquisador/a deve ser penetrada/o pelo outro, para assim nos afastar da armadilha do falar sobre o outro e sim COM e, assim, adentrar nesses “jardins das delícias”. Esse outro que me interpela, que me estranha, que me modifica e é modificado nesse processo, criando assim redes de conexão e de desconexão. Então, escrever com o outro e sobre si, em condição de experiência compartilhada em que ambos somos atravessados/os e transformados/os, é uma experiência desafiadora que rompe com a lógica empírica de distanciamento entre quem pesquisa, o sujeito a ser pesquisado e o tema de estudo. Aqui, nossa carne e afetos transbordam em linhas escritas, por isso a escrita-corpórea.

Assim, esse texto tem por objetivo discutir, por meio de - nossas - escritas, dissidências de gênero e identidade a partir de um prisma decolonial. Além da inspiração em Conceição Evaristo (2017) como outro *ethos* de enunciação materialística, também nos desafiamos nas leituras dos textos críticos à colonialidade, feminismo negro e pós-estruturalista, sobretudo Aníbal Quijano e Maria Lugones em diálogo com Audre Lorde e Patrícia Hill Collins, e também com Judith Butler que nos deslocam, realocam e colocam num espaço que ainda começamos a tatear e não sabemos para onde nos levarão, para problematizar a hegemonia e universalização de gênero e sexualidade. Elegemos esses autores/as com base em nossos atravessamentos do cotidiano acadêmico, lugar de onde pesquisador/a homossexual/lésbica foi nos constituindo subjetivamente. Por fim, propomos essa experiência, vivência de escrita e leitura livre, e porque não escritas de experiências dissidentes que aprenderam a se amar e a ter orgulho de si, que no processo

formativo de pesquisa, cientificamente, compreendeu como se formula a a-bjetificação e hoje mostramos/afirmamos que a academia é lugar de bixa e sapatão também!

## (Re)pensando identidades de gêneros

Assim, como outras sociedades ocidentais que foram fundadas durante o período colonial, no Brasil os modos como nos vemos e como vemos o mundo são perpassados por subjetividades produzidas a partir de uma falsa ideia de universalidade que hierarquiza as existências e historicamente privilegia os que seriam os sujeitos máximos universais (homem, branco, hétero, cristão, burguês) (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016). Essa leitura social, política e ontológica sobre o enquadramento de existências-corpóreas viventes ou não, embasamos em pensadores(as) decoloniais, por meio de uma epistemo-ontologia crítica ao colonialismo/colonialidade, sobretudo com auxílio de Aníbal Quijano (2005) e Maria Lugones (2014) a respeito da colonialidade do poder, do ser, do saber e do gênero.

Aimé Césaire (2020), poeta e político da negritude, compreende o colonialismo como um projeto de construção de mundo, normas, leis e políticas a partir de perspectivas ontológicas e epistemológicas, a qual tem a branquitude europeia como centro e norma. À vista disso, a colonização é um vetor de produção de subjetividades e subalternização. Segundo o sociólogo Quijano (2002), a racionalidade (neo)capitalista sustenta as relações de poder no Ocidente desde as grandes navegações, invasões da América e a escravização dos povos africanos e ameríndios. Nesse sentido, uma forma de Estado-nação é concebida e formulada por relações de poder-saber que se atualizam à medida que aspectos coloniais se reconfiguram, estruturam e sustentam dimensões política, econômica, social, moralista, universal e hegemônica.

Ainda na perspectiva de Quijano (2005), tomando como base especialmente o pensamento de Aimé Césaire, isso ocorre por meio de três eixos, a saber: 1. Eixo da colonialidade do ser: por meio da destituição de humanidades não europeias, em que outros sujeitos são vistos como bárbaros/selvagens/animalizados e, portanto, falamos de uma dimensão ontológica que reconhece sujeitos humanos e produz a desumanização dos demais; 2. Eixo da colonialidade do saber: através da geopolítica do conhecimento, em que formulações de verdades fundadas na metrópole são tidas como naturais em concomitância da deslegitimação de outras epistemologias; 3. Eixo da colonialidade do poder: pela imposição de uma classificação étnica/racial como alicerce padrão e universal, o qual opera em planos, esferas e dimensões materiais e subjetivas. Nesse sentido, a colonialidade estrutural e estruturante é constitutiva na modernidade pela imposição das representações binárias/hierárquicas da construção de sentido, na produção político-moral, na formatação ideológica e identitária.

Pensando sobretudo a partir de Quijano, Maria Lugones (2014) aprofunda essa discussão, para ela, o sistema-mundo como o conhecemos hoje também é perpassado pela imposição do sexo e gênero, portanto, ela aponta para um quarto eixo que estrutura e se atualiza na modernidade, a colonialidade do gênero. Lugones (2014) utiliza a perspectiva da interseccionalidade como chave analítica para analisar a inseparabilidade entre raça e gênero, posto que ambas acabam por inviabilizar sujeitos que são marcados e vivenciam opressões simultâneas.

Isso não quer dizer que o gênero não estava presente nas análises de Quijano, mas segundo Lugones (2014), o gênero é limitado à categoria de análise, entretanto a hierarquia e dicotomia do binômio sexo-gênero fundado nesse período, é central para a formulação do sistema mundo moderno colonial. Em suas palavras,

Ainda que eu acredite que a colonialidade do gênero, como Quijano cuidadosamente a descreve, nos mostra aspectos muito importantes da intersecção de raça e gênero, seu quadro refaz o apagamento e a exclusão das mulheres colonizadas da maioria das áreas da vida social, em vez de trazê-las de volta à vista. Em vez de produzir um rompimento, ele se acomoda no reducionismo da dominação de gênero. Ao recusar a lente do gênero quando caracteriza a inferiorização das anafêneas pela colonização moderna, Oyewùmi deixa clara a extensão e o alcance de tal inferiorização. Sua análise do gênero como construção capitalista eurocêntrica e colonial é muito mais abrangente que a de Quijano. Ela nos deixa ver a inferiorização cognitiva, política e econômica, mas também a inferiorização das anafêneas com respeito ao controle reprodutivo (LUGONES, 2014, p. 41, tradução nossa).

Portanto, ontologicamente há um padrão colonial moderno e binário como referência do comum e universal que, por consequência, produz como efeito o não reconhecimento das alteridades, ou como também são denominadas, “minorias sociais”. Dessa forma, são assim produzidas discriminações a corpos e populações que não estão nesse padrão, que fogem da normatização social, corporal, comportamental enquadradas nos moldes burgueses, do branqueamento/branquitude, higiênicos, assépticos e que “fogem” de todos os fluidos sujos, fedorentos, que exalam o odor dos fluidos dos não-humanos. Daqueles cujo o direito de ser, ou pelo menos a possibilidade de vir a ser é negada, pois seus corpos, músculos, tecidos, células, átomos não são e não estão na ordem do mundo “correto” e “normal”. São violentamente impostos modos de subjetivação “normalizados”, o re-enquadramento nos papéis sociais de sexo e gêneros, marginalizados e criminalizados, não apenas eles(as), mas tudo que os representam.

Aqui, apontamos as existências dissidentes de gênero tidas como vidas abjetas na matriz colonial racializada e genderizada, são elas ‘bicha’, ‘sapatão’, ‘travesti’ ou mais pejorativo ‘traveco’, dentre outras identi-

dades-corporificadas, as quais não tomamos como essenciais e sim como re-existência política. Nesse sentido, a diversidade LGBTQIA+, como alvo de segregação e exclusão social imbuído da heteronormatividade, burla as fronteiras entre o representável e imaginário da ordem social, e amplia dissidências outras, inclusive ainda não (re)inventadas, mas que estão sempre à espreita de emergirem.

## **Escrevivências de si para pensar as dissidências de gênero e sexualidades na contemporaneidade**

No que tange às nossas vivências, compartilhamos elas a partir da escrevivência, tomando esse escre-viver como método de enunciação subversivo, em que o real e o inventando se entrelaçam para possibilitar uma escrita profunda, singular e coletiva. Na explicação de Evaristo (2017), histórias, mesmo as reais, são inventadas quando são contadas. A escrita-vida, significa nesse sentido, contar histórias particulares ao mesmo tempo em que remetem a outras experiências compartilhadas. Não queremos tomar uma posição homogênea e vertical, mas é importante situarmos como sujeitos produzidos coletivamente em encruzilhadas, por isso, ao falarmos de nossa infância e juventude, estamos também coletivizando tantas outras que foram atravessadas pela normatividade de gênero (cisgeneridade), seja por características em comum compartilhadas através de marcadores sociais, seja por posição distinta.

### ***Cena 1: infâncias marcadas***

“Certa vez, em casa, por volta das 11 horas da manhã quando tinha entre 6 ou 7 anos, no auge do sucesso de Sandy e Júnior com o CD denominado As Quatro Estações, a música Imortal passava como um mantra num programa de rádio matinal. Inesquecível a parte da música que diz: “eu cresci agora sou mulher, tenho que encarar com muita

fé...” que cantava baixinho e com muito glamour. Certa vez, aguardei com meu caderninho que brincava de escolinha para copiar a letra, mas, enquanto criança não tinha coordenação motora para, ao tempo que a música passava no rádio eu copiar, pois bem, corri para a cozinha, lugar que minha mãe fazia o almoço, e pedi: - Mainha copia pra mim a letra da música! Ela de pronto respondeu: - Menino, isso quem copia letra de música é menina!”

“Cresci sem saber do que se tratava a palavra sapatão, mas fui inúmeras vezes chamada assim. Por um tempo pensei, talvez por gostar de estar na rua, de brincar com meu primo de soltar raia/pipa, bila (bolinha de gude) ou bola, de cobrar porque a liberdade para ele era algo natural somente pelo fato dele ser garoto - pensando aqui, talvez por isso diziam que fazia errado isso de ser menina. Continuei sendo interpelada sobre ser sapatão até começar a ficar com meninos, depois disso passei a ser chamada de rapariga e galinha. Afinal, a mulher é discriminada, nomes pejorativos e de bases sexistas nos rodeiam. Continuando, com o tempo fui trocando as amizades, ao invés de ter muitos amigos, passei a ter várias amigas, como posso dizer ‘uma amizade mais afetuosa’, mas não com troca de carícias de cunho sexual apesar de muitas vezes taxarem como isso. Conheci pessoas que mostravam na prática o que era a palavra que tanto apontavam para mim, e logo sapatão passou a ser tomado como um adjetivo sobre mim. Somente depois dos meus 15 anos, de fato fui ficar com uma menina, se tratava de uma amiga que já anunciavam como minha namorada sem mesmo eu tê-la dessa maneira. Depois disso, o mundo se abriu para mim, a sexualidade é uma expressão que categorias nenhuma darão conta. Já adulta, percebi que me chamavam de sapatão na infância não por eu gostar de meninas, pois naquela época não sabia que relações entre mulheres existia, mas por odiarem a alteridade e, sobretudo, mulheres que se rebelam contra o sistema impositivo da feminilidade como frágil, dócil e subjugada ao patriarca”.

“Eu sempre penso que falar de gênero é primeiramente abrir espaços para uma narrativa de si, uma vez que nós somos constituídos de práticas discursivas plurais, e constituímos uma identidade polifônica e singular no mesmo plano. Meu desabafo enquanto homem cisgênero gay emerge quando durante minha infância cresci com os trejeitos e com aquela narrativa cotidiana do que era ser “homem” e como tal, concebido biologicamente, deveria me comportar como se espera de um macho nesta sociedade. E a gente sabe como é conflitante essas nuances na trajetória e no desenvolvimento maturacional de si. Nos espaços que eu ocupava sempre era interpelado pelo que eu deveria ser e pelo que eu deveria rejeitar de ser um gay. Talvez isso seja fácil no pensamento alienado e cristalizado pela norma. Para nós, é abrir a vida a uma liberdade. E esses atravessamentos estiveram presentes na minha vida familiar e na vida escolar. De fato, não poderia deixar de citar o famoso *bullying* e o quão ele atravessou minhas relações sociais, mas que me mostraram como também narrar hoje isso é dizer que a luta foi necessária. Acho que cartografar minha vida é convocar essas lembranças que fizeram experiência no tempo e no meu corpo”.

As marcas de uma infância em uma sociedade postulada pelo modelo normativo de cultura cisgênera nos colocou em posição ambígua (e interessante para uma leitura social quando mais crescidos), se de um lado fomos interpelados/os com palavras como ‘bicha’ e ‘sapatão’, sem ao menos sabermos seus significados, de outro fomos cobradas a agir como crianças feminina ou masculina ao mesmo tempo que repugnar o que seria ações do “sexo oposto” ao de nascimento. No mesmo íterim em que as bichas não podiam ousar ver uma boneca ou usar roupas e calçados de suas mães/tias/avós ou mesmo dançar, a sapatão deveria negar brincadeiras que levam ao espaço público, como futebol, e sentar com as pernas fechadas como assim é uma menina educada. Essas imposições comportamentais e desejos sexuais à heterossexualidade e aos papéis sociais do homem/mulher foram e ainda são violentas, todos os dias elas retornam como uma “ameba” uniforme e tenta nos reenquadrar.

Enquanto sujeitos desejan­tes, não negamos os afetos que sentíamos, mas inventamos e driblamos formas de se relacionar consigo e com o outro escrevendo no próprio corpo nossas experiências de sentido e leitura de mundo. Fomos sexualizadas/os enquanto crianças, ensinadas/as que tais denominações (viado/bicha/sapatão) se tratavam de algo ruim e, por isso recusávamos. Fomos colocados/as como sujeitos/as, em que as outras crianças deveriam se afastar, nós deveríamos nos (re)modelar.

## *Cena 2: saídas do armário*

“Certo dia, meu pai que aos fins de semana, de modo rotineiro costuma tomar suas cervejas ficou muito embriagado, e falando com minha mãe começou a falar da minha homossexualidade com tons de ofensa. Esse assunto já tinha sido falado de modo superficial com meus pais, diria que “destranquei o armário”, mas ainda não tinha falado de modo aberto com todas as letras... Mas, neste dia em específico, recorro que meu pai falava com um tom de voz alto, parecia que ele queria que eu escutasse tudo. Não podia deixar de ouvir toda aquela “esculhambação”, escutei, escutei... foi então que saí do meu quarto e do armário. De modo corajoso, do qual creio que a raiva foi a fonte, saí do meu quarto e falei em alto e bom som: - Sim, é isso mesmo, eu sou gay! E qual é a novidade? De modo espantando, tanto ele como a minha mãe me olhou e viu que não estava brincando ou querendo falar algo de modo mais brando. E foi assim que saí do armário”.

“Sempre fui uma garota “na minha”. Cresci sendo podada, ser lésbica já era “errado”, mostrar isso em público seria o ápice do desvio de conduta. Certo dia, ainda como estudante de psicologia, o grupo a qual fazia parte optou por apresentar um trabalho da disciplina de psicanálise em formato de vídeo. O tema central era pulsões, tínhamos então que discorrer sobre pulsões de vida e de morte e deveríamos colocar isso em comportamentos destrutivos e positivos. Para isso, propomos uma tarde entre colegas de

faculdade com música, bebidas alcoólicas e pegação. Lógico, nos divertimos e como uma boa “sapa”, beije outra mulher. Gravamos tudo, editamos e apresentamos em sala. No dia da aula fui interpelada, mostrar esse vídeo seria mais que uma saída do armário, mas confirmar que ele não seria mais um lugar pra mim. Além disso, eu estava me curando de uma conjuntivite, mesmo assim fui para a aula pois se tratava de um momento importante para mim. Cheguei na aula e fomos apresentar o vídeo. A sala estava escura, estávamos por trás da lona. Ri, senti-me aliviada e lágrimas caíram. Aquele momento foi para mim a maior sensação de liberdade. Um completo êxtase em que as lágrimas que caíam não sabiam ao certo se era conjuntivite ou de alegria”.

“Eu era o garoto dos trejeitos na escola e dentro de casa. Continuo sendo... A história do passado não muda, ela só ressignifica. Tentar me corrigir disso só era necessário quando alguém me apontava o dedo ou olhava-me torto. Certa vez, por volta dos meus 12 anos, eu ouvi de uma amiga da família durante um almoço de domingo, daqueles bem tradicionais e representados nas novelas da TV brasileira. Ela disse, incomodada pelos meus trejeitos: - Se ele chegar até os 14 anos assim, não vai ter mais jeito, é certeza ele virar um viado!”. Foi muito astuto ouvir isso, porque na minha cabeça em menos de dois anos, eu seria cancelado pelo “ser gay”, como se fosse uma metamorfose. Mal sabiam que eu já era essa borboleta! E talvez por isso, gradativamente essa minha saída do armário foi sendo observada e apontada pelos vários dedos e olhares que me cercavam, na grande maioria silenciosos, outros nem tanto. Meu armário sempre esteve aberto para o mundo, nunca usei trancá-lo. Que ar de graça a vida tem de se viver em amarras?”.

O processo de se reconhecer como diferente é árduo, apontamos que desde a infância o julgamento tenta impor pelo medo e violência o retorno ao habitual “naturalizado”. Encarar a própria alteridade como potência de vida, negar a culpa ou vergonha que tentam nos impor, abraçar o desejo e amor próprio, são práticas cotidianas de re-existência.

Afinal, não se trata somente da heterossexualidade compulsória, mas dos papéis de assujeitamento do que é ser homem e mulher em nossa sociedade, práticas de controle e de silenciamento que diariamente rompemos. Nesse sentido, a máscara de Anastácia (KILOMBA, 2019) é atualizada para outras existências-corpóreas desumanizadas, o silêncio é imposto em forma de não reconhecimento ou mesmo de negação “desse estilo de vida”.

Partimos assim para outro ponto, o rompimento da mentira que nos liberta como dito por Marcel Proust (1913) em sua coletânea ‘A prisioneira’, falamos da saída do armário. Mas o que é sair do armário? Em “A epistemologia do armário”, esse armário é tido como um dispositivo de regulação da vida de pessoas LGBTQIA+ (SEDWICK, 2007). Ou seja, é uma estrutura narrativa de significação social: o porão da invisibilidade de identidades e sexualidades dissidentes.

O armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora. (SEDGWICK, 2007, p. 22)

Nessa sociedade cisgênera, todos os dias é dia de sair do armário. Como produtor de subjetividades, essa política do armário implica primeiramente ao processo de reconhecimento e força para sustentar seu lugar de LGBTQIA+, ora usado como estratégias de passabilidade, sobretudo quando envolve momentos da vida social e econômica (SEDGWICK, 2007), ora como uma imposição violenta de um “esconderijo” da abjetividade (BUTLER, 2019) ou no mais, território de luta e vida. Além disso, em tempos de resistência ao autoritarismo, fascismo e fundamentalismo ortodoxo religioso, entendemos também o armário como espaço de resistência e memória política, local onde não retornaremos.

### *Cena 3: Esconderijos e homofobia*

“É muito interessante pensar nas vivências que são atravessadas por algum tipo de homofobia, todavia, mais interessante é quando nesse exercício de memória, me remeto a minha infância. As vivências infantis me colocam hoje como adulto em uma dupla reflexão, de um lado a percepção de que fui uma criança “viada”, mesmo sem saber o que era a homossexualidade, e que o preconceito que atravessa as vivências homossexuais também é de algum modo compartilhadas e apre(e)ndidas pelas crianças. Sempre gostei de jogar queimada e/ou carimba com as meninas, mas nunca fui bom no futebol. Todavia, via-me compelido quando criança a tentar me enturmar com os meninos, pois meu pai e meus tios diziam que tinha que jogar futebol e não queimada. Certo dia, lembro-me, pedi para meu pai comprar uma bola, quando cheguei na escola, os meninos pegaram minha bola, foram jogar e disseram que eu iria jogar depois, mas eu fiquei sentado vendo eles jogarem, cansei e então fui jogar com as meninas. No final, eles devolveram a bola e fomos todos pra casa.”

“Quando chego a um espaço desconhecido há uma suposição quanto a minha orientação sexual. Ao conversarem sobre relacionamento afetivos, como se mulheres fossem ensinadas a repetir sempre esse assunto, ao não interagir apresento-me como uma incógnita. Por não performar um gênero lido como masculino, como dizem ‘uma sapatão mais feminina’, tendem a me encaixar na heterossexualidade normativa e compulsória. Entretanto, se estou acompanhada de uma mulher em que me relaciono e óbvio estou de mãos dadas, os olhares nos acompanham e a interpelação mais comum vem à tona: quem faz papel do homem e da mulher? A imposição do macho ou fêmea, papel do homem e da mulher, a linguagem moldada pela colonialidade de gênero. Em casos mais graves - homofóbicos - sou pedida - expulsa - a me retirar por não estar condizente com o “espaço familiar” tradicional. Uma vez, estava com amigos e minha namorada em uma pizzeria, enquanto esperávamos a pizza um rapaz que parecia ser dono do estabelecimento murmurou rapidamente

para que eu me afastasse da minha namorada pois estava constringendo uma “família” presente. Parei um pouco para entender o que foi dito, olhei para essa suposta família e vi as roupas características como saia longa e uma bíblia, olhei para frente do estabelecimento e vi uma igreja evangélica. Nós ficamos constringidos com a situação, eu fiquei com muita raiva e foi esse sentimento que não me deixou paralisar. Levantamos da mesa, dissemos que não queríamos mais a pizza e que tal postura era discriminação. Quando desci o pé da calçada do estabelecimento, entre a “família” tradicional brasileira e a igreja, puxei minha namorada e a beijei. O beijo como um ato político. Saí dali dizendo que era inadmissível em 2016 ainda esse tipo de comportamento de estabelecimentos. Aquela não foi a primeira e infelizmente também não foi a última vez que sofri lesbofobia, mas foi a primeira vez que consegui dizer e fazer algo”.

“Tentei me reportar às memórias, nas minhas escritas de si gravadas no tempo, tentando fazer lembrança das experiências de ódio vividas por ser gay. Estranho foi pensar que precisaria parar introspectivamente para recordar isso. Num insight devaneado por quem eu sou, meu corpo inscrito na estereotipia gay, a margem da heteronormatividade, me faz vivenciar cotidianamente o olho torto quando ando pela rua, quando entro no supermercado, quando estou na praça pública, e sobretudo, quando exerço o meu direito de ir e vir. As mais emblemáticas experiências de homofobia ocorreram nas aulas de educação física da vida escolar. Poxa!! Jogar bola? Nunca gostei, porque nunca me senti convidado, bem-vindo! E até me recordo do dia em que uma professora me disse: - ‘fica sentado na arquibancada, já que tu é viado’. Naquele momento fiquei entristecido, e por ingenuidade, passei a acreditar que eu era culpado por aquilo, por não ‘estar apto’ como meus colegas ‘masculinizados’ para jogar futsal. Hoje eu sei, que ali foi um ato de dura violência, de dura marcação da margem e do que eu tinha que aceitar por ser gay. O tempo passou! Presentemente, ainda permaneço sem interesse nos esportes, e continuo sendo a bicha que sempre fui, e muito mais feliz do que já fui um dia!”.

Esse cis-tema quer nos silenciar, negar a existência, nos punir e culpabilizar, como se nós fossemos o erro. Bom, se é erro que utilizamos ele - erro - para analisar o porquê do outro ser tido como certo. Quem determinou essa ambivalência radical em que vidas verticais são tidas como telegíveis ou inteligíveis? Na perspectiva moderno-colonial, a dicotomia hierárquica funda nossas relações sociais e afetivas, desse modo o binarismo regula os modos de ser, de estar e de ser visto no mundo (LUGONES, 2014), por isso, essa lógica binário-colonial constitui a legitimação da violência e a assimetria discursiva da inteligibilidade das existências-corpóreas que ousam romper com essa dicotomização.

Todos os dias vemos pessoas LGBTQIA+ morrendo, em sentido metafórico e literário. Quando não somos expulsos da família, somos da sociedade, queremos nosso lugar social e político. Enquanto LGBTQIA+, sentimos raiva, mágoa, rancor e ódio, mas também amor, alegria e força. Educar e resistir como nos diz a música de Francisco el hombre, lutamos por nós, nossa matilha colorida. Assumimos uma política dos afetos, em que os usos destes são estratégicos. Fazemos como Audre Lorde (2019) nos indica, utilizemos a raiva e ódio às matrizes de opressão como dispositivo de colisão e ação efetiva. Se é pela a diferença que ocorre a abjetificação, fazemos dela potência catalisadora da polifonia de vozes, escuta, trajetórias e existências (COLLINS, 2019). Utilizemos a raiva como força para a mudança e sobrevivência da política mortífera que quer nos aniquilar. Não nos calarão e nem retornaremos ao obscuro armário.

## **Enquadramentos dissidentes de gênero: uma análise crítica sobre a escrita do corpo**

Ao lutarmos por espaço ganhamos visibilidade. As desigualdades operantes sob o prisma do gênero partem de diferentes vetores sociais, tais como a liberdade civil e reprodutiva de mulheres e reconhecimento dos modos de ser presentes no que atualmente temos de discussão no

movimento LGBTQIA+. A discussão que surge eminentemente com gênero, inclusive como uma pauta relacionada ao campo dos Direitos Humanos, partiu das lutas civis de mulheres brancas e negras, e claro que dentre esses movimentos existem também questões de feminismos a ser discutidas (TEDESCHI; COLLING, 2014). Contudo, essa reivindicação pela igualdade civil mobilizou um campo de problematizações sobre as exclusões em que as mulheres estavam sujeitas, e que se perpetuam na sociedade a partir de matrizes coloniais, patriarcais, machistas, misóginas e discursos cristãs de preconceito.

Se tomarmos como marco meados do século XIX como um ponto de partida para pensar a invenção de um sujeito homossexual na Europa, onde o discurso sobre a ordem da sexualidade estava nos domínios da igreja católica, e é “tomada” pelos discursos e saberes médicos e jurídicos; percebemos no curso histórico o início de um novo modo de ver os corpos sodomitas, os corpos do pecado, sendo estes agora corpos doentes, corpos criminosos. Os hospitais e prisões psiquiátricas, os guetos das cidades, as prisões, e outros espaços subalternos foram destinados a esses sujeitos que não se enquadram nessa ordem, no qual hoje denominamos heteronormatividade (MELO, 2018) ou cisgeneridade<sup>2</sup> (VERGUEIRO, 2016).

Vemos que as pautas da comunidade LGBTQIA+ possuem uma pluralidade de vozes e demandas, um fio condutor que os atravessam é

---

2 De acordo com Viviane Vergueiro (2016, p. 252), a construção social de orientação sexual “normal” está atrelada às heterossexualidades, assim como a identidade de gênero dita natural seria responder o sexo atribuído -imposto - ao nascimento corresponder a experiência interna e individual de gênero em consonância com esse sexo (ex. nasce homem, se entende como homem - cis). Nesse sentido, a cisgeneridade “representaria justamente tal referencial, denotando as corporalidades e identidades de gênero que, em suas características e auto identificações, estejam alinhadas às ideias de corpos e identidades de gênero ‘normais’, ‘não transtornados’, ‘biológicos’ “. Além disso, essa autora (2016, 252-253) a cisgeneridade implica também “em uma possibilidade de refletir sobre a normalidade e os dispositivos de poder que produzem sua naturalização: uma análise sistêmica. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial que nos viabilize cartografias críticas acerca das violências institucionalizadas e não institucionalizadas contra as diversidades corporais e de identidades de gênero”.

o borramento de feminilidade presente nos corpos dissidentes de sexualidade e gênero produtores de subjetividades a margem, e isso reflete então que a dignidade humana historicamente sempre esteve precarizada e deslegitimada no corpo da mulher sob a universalização de um prisma heterossexista (TEDESCHI; COLLING, 2014).

Na atualidade podemos pensar nesses espaços e nas suas novas configurações, assim como, a (re)criação e o (re)modelamento de novos espaços para que esses dissidentes gênero e sexualidade pudessem conviver e ter suas diversas formas de sociabilidades. Saunas, cinemas, boates, festas, todo um mercado “pink” - com produtos e serviços destinados a um determinado público alvo LGBTQIA+, e mesmo com todas essas mudanças no curso das últimas décadas, ainda se percebe que os domínios do discurso médico, criminológico e religioso ainda permeiam uma ideia de subalternidade com os dissidentes de gênero (FRANÇA, 2006).

Nos últimos anos temos percebido no Brasil uma série de modificações sociais no que diz respeito à emergência das discussões que envolvem pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. Os movimentos sociais mais tradicionais, os chamados Movimentos LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgeneros, *Queer*, Assexuais e etc.) com suas pautas voltadas para a criação e fomentação de políticas públicas para a população, assim como a luta por direitos civis e sociais, teve avanços significativos, mas na atual conjuntura política brasileira, sobretudo desde 2013/2014, juntamente com o fortalecimento de uma bancada na Câmara dos Deputados Federais e Senadores conhecida como BBB (Bala, Boi e Bíblia), tem enfrentado uma série de retrocessos e repressão desses direitos já conquistados, além de uma série de ataques homofóbicos, sexistas e misóginos. As últimas eleições presidenciais representam um pouco como essa violência tem sido mais difusa e viril, respaldada em uma masculinidade hegemônica, regionalizada (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), que perpetuam ódios às pessoas LGBTQIA+ e, por consequência, aumentam o número de violências LGBTfóbicas, inclusive homicídios (BRASIL,

2019). Contudo, há também conquistas, mesmo que em menor número, por exemplo, a aprovação por parte do Supremo Tribunal Federal da equiparação da homofobia ao crime de racismo.

Apontamos o Movimento *Queer* e suas ideias emergentes com as pautas da diversidade, que buscam uma atuação pela defesa das vidas dissidentes e da liberdade dos modos de vida plurais, como um dos movimentos sociais que luta por essas conquistas. Contudo, destaca-se que no Brasil o movimento *queer* está entrelaçado aos ativismos mais acadêmicos, onde surge uma proposta de tradução para os contextos brasileiros, assim pensamos nos estudos transviados como aponta Bento (2014). O movimento *queer/transviado* é pautado numa maior contestação dos modos de ser e estar no gênero e sexualidade, sendo que esses modos estão envolvidos (in)diretamente em uma prática política de desconstrução da cisgeneridade. O *queer/transviado* opera numa percepção de identitária deslocada da identidade “fixa”, ou seja, não é importante aqui o enquadramento ou o sentir-se enquadrado numa determinada identidade de gênero ou sexual, mas sim, sentir-se parte de um todo, de um todo que foge, de um todo que é punido e vigiado, de um todo que é considerado subalterno por conta de seu gênero ou sexualidade, por conta dos seus desejos. Nesse sentido, o *queer/transviado* propõe um movimento de agregação dos dissidentes no que poderíamos chamar de uma resistência geral contra as cis-hétero-normatividades, agregando assim todos aqueles que se sintam de algum modo subalternizados na sociedade. Pensamos que ambos movimentos produzem novas epistemologias dissidentes e formas de ser e estar no mundo.

Faz-se importante problematizarmos que os estudos/ativistas *queer* não alcançam o mesmo impacto subversivo no Brasil como nos Estados Unidos, pois em contextos norte-americanos, o termo *queer* tratava-se de um estigma social que engloba as pessoas LGBTQIA+ e tem sido utilizado como máquina de guerra linguística/subversiva como recusa da subalternização, culpabilização e vergonha que se é imposta; em nosso

país não há uma palavra que traduza esse significado e tenha o mesmo alcance (COLLING, 2015). Nesse sentido, no Brasil as nomeações que enquadram experiências/vivências enquanto existência dissidente são diversas: ‘bicha’, ‘boiola’, ‘baitola’ e ‘viado’ para homens que são ligados com traços e “três jeitos” afeminados e se relacionam com outros homens; ‘sapatão’, ‘caminhoneira’ e ‘lésbica’, mulheres que se relacionam com outras mulheres, sejam elas com apetrechos ditos masculinos ou não; traveco e travesti, expressão de gênero que borra esteticamente o que se enquadra como masculino e feminino; pessoas transexuais que carregam o estigma patológico, sujeitos que não se reconhecem na função social que lhe são impostas por conta do gênero atribuído ao nascer, outrora não se reconhecem no corpo ou sexo designado no nascimento.

Apontamos essas noções como tentativa de explicar que as existências dissidentes são diversas. Não estamos aqui categorizando de forma essencialista essas vidas, mas reconhecendo suas variações, esses fenômenos que têm em comum pessoas que recusam o binarismo de gênero, rompem com os papéis do feminino e masculino. Essas pessoas podem ou não estar em consonância o que estamos afirmando, não temos intenção dizer que esses sujeitos/as pertençam a um ou outro grupo, visto que, esse processo de identificação perpassa questões de ordem subjetiva. Além disso, postula o processo de marginalização e de não lugar.

Não é difícil encontrar Brasil afora, igrejas que preguem e difundam discursos de ódio contra dissidentes de gênero, no âmbito da medicina e saúde pública a dificuldade de pessoas travestis e transexuais, assim como mulheres trabalhadoras do sexo, de acessar e permanecer no Sistema Único de Saúde, mesmo quando, no caso das mulheres e homens transexuais têm seus corpos patologizados em manuais de psiquiatria internacionais; na perspectiva jurídica, uma série de assassinatos diários de jovens negros (estando eles envolvidos com a criminalidade ou não), de bichas, travestis, homens e mulheres trans e cis, com requintes de crueldade, que junto a uma polícia e um sistema judiciário

embasado numa heterossexualidade e um conservadorismo, que não reconhece essas pessoas como pessoas, fomenta o genocídio das bichas, dos viados, das amapôs, dos boys magias, das sapatões, e todos aqueles que não estão na norma (MARSIAJ, 2010).

Judith Butler (2016) ao escrever sobre marcos de reconhecimento, problematiza ao mesmo tempo os processos de humanização e desumanização dos corpos inteligíveis, abjetificados. A autora demonstra que as normas sociais permeiam esse processo de reconhecimento, assim “[...] a condição de ser reconhecido precede o reconhecimento” (BUTLER, 2016, p. 19). Pensando com Segato (2012) e como já dito, o gênero tem plenitude ontológica e política na modernidade colonialidade, sendo assim, exerce uma função definitiva no reconhecimento normativo, posto que se trata de um mecanismo de poder mediante o qual a vida é produzida. Dessa forma, o “ser” é historicamente construído a partir de um conjunto de normas sócio-político-econômicas que “maximizam a precariedade de alguns e minimizam a precariedade para outros” (BUTLER, 2016, p.15).

Como dito por Butler (2016) “algo ultrapassa a moldura” no momento de enquadrar os dissidentes de gênero. Esse processo de enquadramento performático vai instaurando na sociedade uma forma de ver o contexto nos limites da moldura, que é repetida vezes enquadrada e exposta. Dito isso, podemos pensar no que está além do que foi emoldurado, onde o quadro pode dar pistas para compreensão do contexto da imagem, mas o deslocamento também cria novos contextos, uma vez que, as realidades e subjetividades daqueles que observam o quadro permeiam um modo de interpretação da imagem. Nesse sentido a imagem pode mudar de sentido e significado, mas diante de um processo de repetição o observador pode tomar a imagem do quadro como verdadeira, não enxergando assim o que não está na moldura, mesmo que o quadro dê pistas. Esse enquadramento performático tantas vezes repetido “[...] busca conter, transmitir e determinar o que é visto (e algumas vezes, durante

um período, consegue fazer exatamente isso) depende das condições de reprodutibilidade para ter êxito” (BUTLER, 2016, p. 25-26).

Os moldes cisgêneros vão buscar instaurar na sociedade uma única forma de viver a vida para assim instaurar um reconhecimento de uma vida legítima, desse modo, vemos na cotidianidade as chancelas universais do que devemos ser e assumir posições disciplinadas, tais como, comportamentos, como devemos desempenhar nossos papéis sexuais em virtude das genitálias que temos no nascimento, sobre as nossas vestimentas, sobre as nossas entonações de vozes, sobre as cores, sobre os relacionamentos, manifestações e vivências de sentimentos e emoções. Portanto, há vidas que não são reconhecidas como vidas de fato. Vidas corporificadas que não se enquadram nas normas cis-hétero-colonial-hegemônicas, podemos assim colocar, são existências inteligíveis à nível social/ontológico (BUTLER, 2015).

Somos corpos dissidentes que no burilamento da norma se colocam como moldes configuráveis pelo outro universal que dita quem e como devemos ser, e estar à margem dessas forças é resistir e borrar as fronteiras para a margem. Desse modo, para sermos reconhecidos/as como sujeito humano na sociedade é necessário que nós estejamos inseridos nas cis-hétero-normas, mas isso não quer dizer nos moldar a esta norma, mas subvertê-la. Lutar por igualdade ou pela possibilidade de existir em sua alteridade, parece-nos fazer mais sentido, assim como buscar leis que nos apoiem, protejam e legitimem nossa humanidade negada.

Então, parece que o conceito de igualdade é fundamental para discutirmos as desigualdades entre corpos dissidentes de gênero, e principalmente como uma premissa de liberdade em sociedade. Poderíamos discutir as diversas facetas da desigualdade de gênero operadas nas posições de reconhecimento social, da cidadania política, do patrimônio, dentre outras. Mas, privilegiamos a abertura de reflexão sobre a dimensão da igualdade nos corpos dissidentes de gênero: A quem se apli-

ca? De quais materialidades falamos? Que justiça sociais atuamos na promoção igualitárias dos corpos? Que deslocamentos fazemos no macro e micropolítica da vida cotidiana? Essas são questões que convocam uma diversidade que legitime a diferença não pela via da indiferença, mas pelas pautas identitárias (TEDESCHI; COLLING, 2014). As lutas identitárias apontam essas diferenças, sujeitos desiguais. Tomamos aqui a identidade não como aprisionamento, mas como legitimação da vida. Priorizamos detalhar as simbologias no LGBTQIA+, tratam de (re)existências. Pensamos, então, as diferenças como formas de existências potentes, criativas, vivas.

Como sujeitos que compõem essa luta, partimos de nossos próprios lugares (não lugares), das interpelações que nos foram feitas ainda em nossas infâncias, a violência cotidiana por não seguirmos os padrões normativos do feminino e masculino, homem e mulher ou como quisermos ser reconhecidas. Nos intitulamos bichas e, sapatão, assim como trabalhamos com tais conotações em nossos escritos como ressignificação política e existencial. Existimos e não nos envergonhamos: podemos nos gritar “bicha”/sapatão”, pois somos com orgulho. Entendemos, que a experiência escrita no corpo é uma categoria de análise para a ciência humana, e principalmente para estudarmos as próprias nuances que ao discorrer sobre os marcadores sociais, cujo enfoque nós damos ao gênero e sexualidade, pulsam como marcadores da diferença de nossas próprias subjetividades (SOARES; MACHADO, 2017).

Logo, ao ressignificar e autoidentificar-se com termos como viado, bicha, traveco, sapatão, etc. estamos diante de uma prática de reafirmação, de contestação das estruturas, dos modos de enxergar o corpo modificado das travestis (GOMES FILHO; MELO; PEREIRA, 2014), o corpo marcado pelo desejo sexual que briga com as normas sociais, o corpo marcado pela sobrevivência nas noites, nas esquinas, nos becos, nas avenidas da cidade (PELÚCIO, 2005). Portanto, estamos aqui falando de corpos que estão na sociedade (re)criando e (re)modelando identidades de gênero e

sexualidade abalando as estruturas cisgêneras, de corpos que são históricos (FOUCAULT, 2014; NANPHY, 2006; PETER, 1992), mas que foram apagados de uma história de humanidade branca, burguesa, sexista, machista, colonial, de corpos que foram patologizados, criminalizados, excomungados, para sustentar uma cisnormalidade/cisgeneridade.

## O texto não acabou, pois há possibilidades...

As possibilidades de continuar esse texto enveredam por diversos caminhos e formas de pensamento e de nossas próprias escrevivências. Buscamos, mesmo que diante de um método canônico de fazer pesquisa, burlar, redimensionar, transgredir e subverter essa forma de escrita empírica e racional, que foge do pensamento que é incoerente, movimento, e não estático - saberes localizados como nos diz Donna Haraway (1995). Essas pequenas transgressões ajudam-nos a escapar da armadilha do pensar-falar-escrever “verdades” dos outros e sobre os outros, e coloca-nos num movimento de pensar-falar-escrever com o outro ou de escrever-vivências. E justamente, tentamos radicalizar uma escrita que emerge da experiência do corpo na sua polifonia de sentidos e re(a)presentações.

Buscamos provocar com as escrevivências deslocamentos entre o autor, narrador e leitor: Qual a sua história, caro(a) leitor(a)? Pensamos aqui em possíveis (re)criações e (re)modelamentos das identidades de gênero, estamos discutindo as diversas formas de viver e estar nos gêneros, entendido como fluido e mutável, mas que também é atravessado por uma série de outros marcadores da sociais e identitários, tais como a cor, a classe social, as zonas geográficas, etc. Com isso, abordamos uma discussão sobre as dissidências de gênero e sexualidade como atravessamentos subjetivos na escrevivência de corpos não universais.

Ao discutir sobre os modos de produção e subjetivação de sujeitos dissidentes (onde nos incluímos enquanto bicha, viado e sapatão), é extremamente necessário, sobretudo por vivemos em um país em que

cotidianamente somos hostilizados/as, discriminados/as, espancados/as, estuprados/as e mortos/as por conta de uma cultura machista, sexista, misógina, e principalmente da homofobia e Transfobia. Bricolar uma escrita científica sobre as dissidências de gênero retoma a emergência de uma narrativa localizada sobre as experiências corporais e produções de resistências LGBTQIA+.

Pensar-falar-escrever-gozar em tempos de crise na sociedade brasileira constitui uma forma de resistência e subversão frente às ondas de conservadorismo nas quais estamos enfrentando na atualidade. Escrever-vivências nesse momento são armas de guerra. Uma guerra contra a morte de pessoas que não estão ontologicamente emolduradas como não humanas, pois não se adequam aos padrões sociais impostos para os corpos (BUTLER, 2019). Quem chora a morte de uma travesti, como no caso de Dandara? Quem chora a morte de um gay negro e afeminado ou uma lésbica caminhoneira? O extermínio em massa de uma população que habita zonas sociais inabitáveis, zonas de abjeção social, tornando-se sujeitos ininteligíveis e dissidentes, como foi ressaltado nas discussões de Butler (2015, 2016).

Através dos movimentos e pensamentos descoloniais é perceptível a produção de novos olhares sobre o mundo, e sobre os fenômenos e processos sociais considerados subalternizados/marginalizados (VALENCIA, 2011). Rever essas questões a partir de um olhar de “dentro” dessa marginalização, etnobiografias de escrevivências que nos indica ou aponta (no mínimo hipoteticamente) que tais questões não estão, ou não são tão marginais (no sentido mais popular da palavra), e sim, que foram construídos e taxados dessa forma, uma vez que, estariam fora de determinados padrões na ordem capitalista, etc.

É na indiferença e abjetificação social/ontológica das vidas LGBTQIA+, nos dissidentes de gêneros que as violências urbanas e à comunidade LGBTQIA+ se legitimam. A cisgeneridade que estrutura as

relações humanas, que em nossas infâncias nos marcaram como sujeitos tóxicos na tentativa de nos manter nos armários, estamos fora dele e não voltaremos. Vivemos no espaço público é denunciar com corpo, fluídos e afetos que não somos perigosos, culpados ou envergonhados, mas felizes e orgulhosos de nossas cores. Somos bichas, viados, sapatão, caminhoneiras, travestis, transsexuais, bissexuais, *dragqueens*, transsexuais, assexuais, etc., que subvertem à política de morte que nos mata.

Nesses tempos onde uma onda conservadora nacional e internacional atinge todas as lutas e movimentos sociais, sejam eles tradicionais ou não, é necessário que aqueles/as que estão sendo interpelados/as pelos conservadorismos e que tem suas vidas em risco e são colocadas em maior condição precária, se atentem para entender e compreender como as armadilhas desses discursos se propagam nas mais diversas formas. E, sobretudo, fortalecer coletivamente as práticas de resistência de enfrentamento às opressões e precariedades escrevivenciadas pelos corpos dissidentes de gênero. Tomamos esse ensaio como uma escrita-contestação-denúncia, da saída do armário à resistência ao seu retorno. Uma escrevivência e leitura de liberdade. Uma escrita e leitura do diálogo onde pensamos, sentimos, interpretamos e escrevemos, convidamos a fazerem o mesmo; assim criamos e recriamos o conhecimento sobre o mundo que é legítimo e válido sobre/para nossas existências.

Desse modo, creio que em tempos de crise devemos ter cada vez mais um pensamento crítico, sendo a caneta e o papel (físico ou digital) uma arma para combater as estratégias fascistas, homofóbicas, preconceituosas e discriminatórias contra aqueles que (re)criam e (re)modelam as identidades de gênero, as sexualidades, os desejos, em busca de sua liberdade e dos seus devires. Estamos nas ruas, nas universidades, nas praças, nos beijamos e andamos de mãos dadas. E que fazemos de nossas narrativas uma política ética de existência sobre o que Conceição Evaristo nos convoca a refletir quando cunhou o termo escrevivência. O grito que ecoa: se feres nossa existência, seremos resistência.

## Referências

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Revista Sociedade e Estado, v. 31., n.1, 2016.

BRASIL. **Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral**. Gênero e número. 2019. Disponível em: &lt;[http://violencialgbt.com.br/dados/190321\\_relatorio\\_LGBT\\_V1.pdf](http://violencialgbt.com.br/dados/190321_relatorio_LGBT_V1.pdf)&gt;; Acesso em: 5 set. 2020.

BUTLER, J. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, J. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: N-1, Crocodilo, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. (2a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CÉSAIRE, A. **O discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

COLLING, L. A. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo *queer***. Salvador: Edufba, 2015.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, W. **Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito**. Estudos Feministas, v. 21, n. 1, p. 241-282. 2013.

EVARISTO, C. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FRANCA, Isadora Lins. **“Cada macaco no seu galho?”: poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 21, n. 60, p. 104-115, Feb. 2006.

GAMSON, J. **As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa.** In: Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GOMES FILHO, A. S.; MELO, M. A. S.; PEREIRA, J. B. **Subjetivação do corpo travesti sob a perspectiva das relações sociais heteronormativas.** Revista Interfaces: saúde, humanas e tecnologia, v. 2, n. 6, p. 1-4, 2014.

HARAWAY, D. **Saberes localizados:** a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, v. 1, n. 5, p.7-41, 1995.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, A. **Irmã outsider:** ensaios e conferências. São Paulo: Autêntica, 2019.

LUGONES, M. **Colonialidad y género:** hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, W. et al. Género y descolonialidad. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, p. 13-42.

MARSAJ, J. P. P. **Gays ricos e bichas pobres:** desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil. Cadernos AEL, v. 10, n. 18/19, 22 set. 2010.

MELO, M. A. S. **Crimes de ódio e violência contra LGBT no Brasil:** um estudo a partir do nordeste brasileiro. São Paulo: Embu das Artes. 2018.

NANPHY, W. **Born to be gay:** história da homossexualidade. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2006.

PELÚCIO, L. **Na noite nem todos os gatos são pardos:** Notas sobre a prostituição travesti. Cadernos Pagu, n. 25, p. 217-248, 2005. Acesso em: 10 nov. 2015, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n25/26528.pdf>>

PETER, R. **História do corpo**. In: BURKE, P. (Org.). A Escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 291-326.

POCAHY, F. **Perturbações discursivo-desconstrucionistas sobre gênero e sexualidade**: conhecimentos e contestação nas margens. In: DIAS DA SILVA, A. P. (Org.). In: Sobre pessoas (sexuais) e seus papéis socio-culturais: ensaios de literatura e psicologia. Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012

PROUST, M. **Em busca de tempo perdido**: volume 1. Porto Alegre: Digital Source, 1913.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e a América Latina**. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires:CLACSO, 2005. p. 107-129. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod\\_resource/content/1/colonialidade\\_do\\_saber\\_eurocentrismo\\_ciencias\\_sociais](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais)> Acesso em: 20 abr. 2019.

QUIJANO, A. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. *Novos rumos*, v. 17, n. 37, não paginado, 2002.

SEDGWICK, E. K. **A epistemologia do armário**. *Cadernos Pagu*, v.1, n. 28, p. 19-54, 2007.

SEGATO, R. L. **Gênero e Colonialidade**: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico decolonial. *E-Cadernos CES [Online]*, n.18, p. 106-131, 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/eces/1533>> Acesso em: 07 jul. 2019.

SOARES, L. V.; MACHADO, P. S. “**Escrevivências**” como ferramentas metodológicas na produção de conhecimento da Psicologia Social. *Psicologia Política*, v. 17, n. 39, p. 203-219, 2017.

TEDESCHI, Losandro Antonio; COLLING, Ana Maria. **Os Direitos Humanos e as questões de Gênero**. *História Revista*, v. 19, n. 3, p. 22-40, 2014.

VALENCIA, S. **Teoría transfeminista para el análisis de la violencia machista y la reconstrucción no-violenta del tejido social en el México contemporáneo**. *Universitas humanística*, Colombia, n. 78, p. 65-88. 2011.

VERGUEIRO, V. **Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial**. In: MESSEDER, S., CASTRO, M. G.; MOUTINHO, L., (Orgs.) *Enlanchando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270.

VIEIRA, R. **Etnobiografias e descoberta de si: uma proposta da Antropologia da Educação para a formação de professores para a diversidade cultural**. *Pro-posições*, v. 24, n. 2, p. 109-123, 2013.